



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gestão 2025 a 2028

DECRETO Nº 2.690, DE 27 DE JANEIRO DE 2026.

“Regulamenta o art. 209 da Lei Complementar nº 1.087/2026, que altera e consolida o Código Tributário do Município de Capim Branco, e dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO**, Sr. Elvis Presley Moreira Gonçalves, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66 da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO o artigo 209 da Lei Complementar nº 1.087/2006 altera e consolida o Código Tributário do Município de Capim Branco e autoriza o poder executivo a conceder parcelamento para pagamento dos créditos tributários.

DECRETA:

Art. 1º. O parcelamento será admitido para o pagamento dos créditos tributários vencidos, inscritos ou não em dívida ativa, nos termos deste regulamento.

Parágrafo Único. A concessão de parcelamento de crédito tributário não autoriza a dispensa dos acréscimos legais, salvo nos casos de lei específica de anistia.

Art. 2º. Será admitido o parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º. A primeira parcela será paga pelo contribuinte no momento da formalização do parcelamento, ficando esta data como dia de vencimento das demais parcelas, nos respectivos meses subsequentes;

§ 2º. As parcelas mensais não poderão ter valor inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais), considerando as somas das parcelas da Dívida Ativa e do exercício corrente para o mesmo contribuinte.

§ 3º. As parcelas pagas após o vencimento serão acrescidas de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês.

Art. 3º. O parcelamento somente será concedido mediante a formalização do Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em que se contenha o valor total da dívida,



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gestão 2025 a 2028

incluindo correção monetária, juros e multa, nos termos da legislação municipal em vigor, com a sua discriminação exercício por exercício ou por espécie.

§ 1º. Para cada parcelamento será formalizado um processo administrativo onde constarão além do Termo de Confissão da Dívida citado no *caput*, a documentação exigida pela Fazenda Municipal.

§ 2º. Na hipótese de o contribuinte possuir débitos relativos a tributos diversos, serão confirmados Termos de Confissão de Dívida ativa para cada um deles.

§ 3º. Compete à fiscalização fazendária condicionar o parcelamento à realização prévia de uma revisão fiscal da documentação contábil e fiscal da empresa.

Art. 4º. Se o contribuinte atrasar duas ou mais parcelas, o benefício será cancelado, vencendo-se antecipadamente todas as demais parcelas.

Parágrafo Único. O Termo de Confissão de Dívida conterá cláusula expressa de cancelamento do benefício, na hipótese de não pagamento de duas parcelas consecutivas, com o vencimento antecipado do saldo devido, servindo o instrumento de título executivo conforme previsto no *caput*.

Art. 5º. Nos casos de pessoas jurídicas e/ou firmas individuais que solicitem reparcamentos ou parcelamentos cumulados com o pedido de baixa de atividades, a respectiva entrada será no mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da dívida, desde que tal valor não fique inferior ao valor das demais parcelas.

§ 1º. Assiste à fiscalização fazendária, em decisão conjunta de dois ou mais fiscais, acompanhada obrigatoriamente da homologação desta decisão por qualquer superior hierárquico da Secretaria Municipal da Fazenda, o direito de conduzir o percentual da entrada referido no *caput*, cuja decisão será irrecorrível.

§ 2º. Os contribuintes devedores que já estejam sendo executados judicialmente poderão beneficiar-se do parcelamento, desde que paguem às custas dos processos e demais despesas processuais.

Art. 6º. Desde que o contribuinte esteja rigorosamente em dia com os pagamentos, certificar-se-á a sua condição fiscal, através de uma certidão positiva com efeito de negativa, ressaltando a dívida objeto do acordo de pagamento.

Parágrafo Único. A certidão expedida nos termos deste artigo, terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias.



MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO
ESTADO DE MINAS GERAIS
Gestão 2025 a 2028

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Capim Branco, 27 de janeiro de 2026.



Elvis Presley Moreira Gonçalves
Prefeito Municipal de Capim Branco